



# X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

RAIMUNDA ALVES MELO

ANTONIA DALVA FRANÇA-CARVALHO

MARIA SUELY ALVES FEITOSA

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO** Este trabalho objetiva discutir a educação do campo, elencando elementos históricos que subsidiaram seu surgimento e a sua interlocução com as políticas públicas. O estudo decorre de pesquisa qualitativa desenvolvida junto ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Os resultados do estudo apontam que o reflexo da ausência de políticas educacionais se evidencia mais fortemente no cenário campesino, de modo que esse cenário ainda se sobressai em relação aos históricos problemas da educação brasileira. Contudo, nos últimos quinze anos começam a ser delineadas políticas de educação do campo, de modo que se têm presenciado significativos avanços, principalmente na institucionalização de direitos à educação e no reconhecimento das especificidades campesinas. **Palavras-chave:** Educação do Campo. Políticas Públicas. Questões Históricas. **ABSTRACT** This work aims to discuss the country's education, listing historical elements that subsidized its emergence and its interaction with public policy. The study stems from qualitative research developed by the graduate program in education at the Universidade Federal do Piauí (UFPI). The results of the study indicate that the reflection of the absence of educational policies is evidenced more strongly in the rural setting, so that this scenario still excels in relationship to the historic problems of brazilian education. However, in the last fifteen years are beginning to be outlined, field education policies so that they have witnessed significant progress, mainly in the institutionalization of rights to education and the recognition of campesino specificities. **Keywords:** education in the field. Public Policies. Historical Issues.

**INTRODUÇÃO** A educação escolar vem se destacando como uma das mais importantes vias de

formação para a cidadania, razão pela qual as discussões relativas ao acesso e a qualidade tem ocupado importante realce em agendas governamentais e nos discursos da sociedade, mobilizando pesquisadores e gestores públicos no debate de ações que garantam uma educação de qualidade, assegurada quando o aluno tem o seu direito de aprender em cada série cursada e quando estas aprendizagens são significativas, seja do ponto de vista do educando, do educador e ou da sociedade na qual está inserido. O fato é que o desafio de assegurar o acesso e o sucesso escolar de todos os alunos tem sido pauta das políticas educacionais, no intuito de criar condições adequadas para o desenvolvimento de saberes cada vez mais necessários no mundo contemporâneo e na vida cotidiana. No cenário campesino, essa discussão envolve movimentos sociais e sindicais, educadores e pesquisadores e, principalmente, os povos do campo, sobre a necessidade e urgência de uma educação escolar e comunitária que respeite, valorize e se aproprie dos saberes culturais dos alunos e da comunidade local, como parte integrante do projeto pedagógico da escola, notadamente da formação dos estudantes. Esta proposta de educação no e do campo, é parte complementar de um projeto social mais amplo, que objetiva também, o direito a terra, moradia, justiça social, saúde e a sobrevivência de suas populações. Partindo destas considerações iniciais, o presente estudo tem como objetivo discutir sobre a educação do campo, elencando elementos históricos que subsidiaram seu surgimento e sua interlocução com as políticas públicas. Para tanto, abordamos o processo histórico que envolve a educação do campo, suas lutas, conquistas e desafios. Trata-se de uma abordagem representativa para que possamos compreender como, no Brasil, se constituíram as concepções de Educação Rural e Educação do Campo, bem como, as influências destas concepções sobre as políticas públicas para o campo. Inicialmente, apresentamos apontamentos históricos e legais que a contextualizam e fundamentam; seguido de conquistas alcançadas na área das políticas públicas educacionais para o setor, no reconhecimento da especificidade dessa educação; finalizando com um levantamento de dados, que mostra o atual panorama do acesso à educação básica no Brasil e no Piauí, no período de 2010 a 2014, elencando os avanços e desafios no que se refere a qualidade da educação.

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS E QUESTÕES LEGAIS: LUTAS E CONQUISTAS** Tratar sobre a historicidade da educação escolar no campo, nos leva, necessariamente, a discussão sobre o processo de formação da sociedade brasileira, marcada pela visível exclusão das populações rurais das políticas de educação, seja em razão do trabalho manual, fruto da economia colonial, ou do surgimento de um imaginário ideológico elitista de que, para viver na roça, não há necessidade de conhecimentos socializados pela escola, como afirma Leite (2002, p. 14), ao destacar que: “a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo [...] conhecida popularmente na expressão: ‘gente da roça não carece de estudos’. Isso é coisa de gente da cidade”. Delineia-se assim, o processo de formação da sociedade brasileira, em meio à qual as populações residentes no campo foram

historicamente deixadas à margem do processo educativo, pois o modelo de educação adotado, sempre esteve voltado para a cidade, emergindo da concepção de que a população campesina não necessitava de escolarização. Dessa forma, até o final do Segundo Império a educação no campo caracterizou-se por um tímido surgimento de pequenas escolas isoladas e multisseriadas, voltadas para o ensino das “primeiras letras”. Historicamente e ainda hoje, a educação escolar dos povos que residem em áreas rurais brasileiras foi construída a partir do descaso dos governantes na formulação de políticas públicas específicas e dotação financeira, que possibilite a institucionalização e manutenção de escolas em todos os níveis e com qualidade. A questão é que, embora o Brasil seja um país que tenha construído a sua história econômica a partir das relações de exploração da terra e dos homens do campo, estudos apontam que até as primeiras décadas do século XX, a educação escolar era destinada a uma minoria privilegiada pertencente à elite (BRASIL, 2005). Segundo Silva (2011), a expansão de escolas no campo, a partir de 1930, foi motivada pela crescente urbanização, pelo início da industrialização e pelo aumento do movimento de correntes migratórias, que na época provocavam preocupações ao poder público, o que ocasionou o surgimento de iniciativas de caráter assistencial, as quais defendiam a necessidade de uma formação para o trabalho agrícola, uma educação prática, utilitária e adaptada à vida rural. Foi neste contexto, que surgiu o “ruralismo pedagógico”, representado pela existência de uma escola integrada às condições locais, objetivando fixar o homem no campo, situação que permaneceu até a década de 50, quando, então, os interesses políticos e econômicos emergentes neste período se sobressaiam em relação às necessidades e anseios dos povos do campo. Essas propostas, denominada como Educação Rural, são caracterizadas como uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, tendo como pressuposto, um espaço rural, visto como inferior e arcaico. Essa concepção é fruto de uma mentalidade retrógrada, decorrente das relações de produção baseadas na exploração do trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle patrimonialista e clientelista do poder político e nos padrões culturais importados da metrópole portuguesa, dos quais o Brasil é herdeiro (SILVA, 2011; BRASIL, 2002). No Piauí, os estudos realizados por Ferro (1996) e Reis (2001) indicam que a educação escolar tem relação direta com os processos de povoamento e exploração das riquezas econômicas. As primeiras experiências escolares, das quais as crianças e jovens participavam, eram realizadas em âmbito doméstico por familiares ou mestres contratados. Segundo Moura (1984), enquanto os filhos das famílias com melhores condições tinham acesso a um ensino denominado “literário”, com horizontes ampliados e possibilidade de continuidade e formação superior, aos filhos das famílias mais pobres, restava o ensino das “artes e ofícios”, para a aquisição de habilidades voltadas para as atividades produtivas. A partir da década de 1950 – 1960 emergem e se consolidam movimentos ligados às mais variadas instâncias sociais. Entre os mais importantes, citamos os Movimentos de Cultura Popular (MCP), que contou com Paulo Freire, entre seus integrantes; o

Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB); e os Centros Populares de Cultura, criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Esses movimentos sociais, sindicais e algumas pastorais, passaram a desempenhar papel determinante na formação política de lideranças do campo e na luta pela reivindicação de direitos ao acesso a terra, saúde, moradia e principalmente, educação. Foi nesse contexto, que o educador Paulo Freire demarcou uma proposta de educação libertadora para o Brasil, confirmando-se pela primeira vez, e de forma consistente, uma pedagogia anunciada nas classes populares e trabalhadoras. Porém, em meados da década de 60, houve um retrocesso na política educacional brasileira, provocada pelo golpe militar de 1964, época que se caracterizou pelo fechamento dos canais de participação, exílio de educadores e lideranças comunitárias comprometidas com a educação das classes populares, a exemplo de Paulo Freire, e ainda, o controle dos bens educacionais e sociais. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo início e amadurecimento, respectivamente, da luta em prol da redemocratização do país, conscientização da população e reivindicação de direitos, que culminaram com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 2004). Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, da Lei 9394/96 – (LDBEN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo (2002), o cenário educacional das escolas do campo começou a ser reconfigurado, amadurecendo um debate em torno dos direitos sociais da população do campo, principalmente no que se refere à educação. Nesse ínterim, o país conseguiu aprovar políticas e direitos educacionais mais expressivos que consolidam o compromisso do Estado e da sociedade, em promover uma educação de qualidade que atenda as necessidades e especificidades do campo. Nesse cenário, situamos a Lei nº 9.394/96, a qual definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que propõe em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida no campo, questão não contemplada anteriormente em sua especificidade. A partir de então, a educação do povo do campo conquista o reconhecimento de sua diversidade e de suas singularidades. Em decorrência dessa Lei, observamos um incremento nas políticas educacionais no Brasil, priorizando ações que visam atender demandas sociais propostas em décadas anteriores, como: universalização do ensino fundamental, criação de fundos de financiamento, a obrigatoriedade do acesso a escola (4 aos 17 anos), programas de complementação de renda que incentivam a frequência e a permanência de crianças e jovens na escola, programas de transporte escolar, entre outros. A partir da década de 90, se expandiram os espaços públicos de debate sobre educação, através da ação dos movimentos políticos, principalmente do Movimento por uma Educação do Campo, cujas reivindicações deram suporte a importantes conquistas no âmbito da regulamentação de políticas públicas para a área. Eventos, como o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, foi um dos primeiros nesta categoria de mobilização, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o apoio da UnB (Universidade de Brasília), entre outras

instituições. Duas importantes conquistas foram consignadas a partir deste evento: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o desafio de pensar uma proposta de educação pública para as escolas do campo, que considerasse aspectos políticos, econômicos e culturais do povo do campo: a Educação do Campo (CALDART, 2004). Essa história demarca, por conseguinte, que a Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses, mediante diversas lutas pela construção de uma sociedade sem desigualdades e com justiça social, cujas estratégias de resistência objetivam manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, evidenciando uma clara reação ao histórico conjunto de ações educacionais denominadas Educação Rural, que precarizaram o quadro de escolarização no campo e também, contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais no território camponês. Nos anos subsequentes, realizaram-se duas Conferências Nacionais: Por uma Educação do Campo. A primeira em 1998 e a segunda em 2004. Ambas contando com a parceria do MST, UnB, Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por meio destas Conferências, os Movimentos Sociais do Campo inauguraram uma nova referência para o debate e mobilização popular, em torno da terminologia Educação do Campo e não mais Educação Rural ou Educação para o meio rural. A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) consolida um importante marco para a história educacional brasileira, sobretudo no que tange à Educação do Campo, uma vez que suas deliberações e diretrizes expressam as lutas e conflitos sociais pelo direito dos povos do campo, revelando significativo desafio em torno da Educação do Campo: incluir todos os níveis de ensino nessa realidade escolar e, ainda, garantir a articulação e integração da educação escolar com as experiências cotidianas, os saberes e a cultura dos educandos. Com vistas ao atendimento das reivindicações propostas pelos movimentos sociais, os quais pleiteavam a disponibilização de um órgão responsável pelo atendimento às demandas do campo, o Ministério da Educação, criou em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que conta com uma Coordenação Geral da Educação do Campo. Incluem-se entre as principais ações desenvolvidas por esta Secretaria: o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que assegura a formação inicial para professores do campo; o Programa Escola da Terra, cujo objetivo é melhorar o desempenho escolar das classes multisseriadas nas escolas do campo, por meio da disponibilização de recursos pedagógicos e tecnologias que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitação dos professores; o Projovem Campo Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização para os jovens agricultores, que não concluíram o Ensino Fundamental, entre outros. No marco histórico dessas lutas e conquistas comporta registrar ainda, a aprovação do Decreto nº 7.352/2010, que alçou a Educação do Campo como política de Estado, superando a condição de apenas figurar proposição

de programas de governo e políticas pontuais e fragmentadas, sem garantia de continuidade e permanência. Seu Art. 1º define que a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta da educação básica e superior às populações do campo, devendo ser desenvolvida em regime de colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios, considerando as especificidades, singularidades, necessidades e anseios das populações campestres. O fato é que o cenário das escolas situadas no campo vem se reconfigurando pelo surgimento de concepções de educação e de vida, por novas demandas, com sujeitos que não mais aceitam uma educação pensada externamente para eles (Educação Rural), mas que reivindicam e lutam por uma proposta educacional desenvolvida com a participação de sua população, que considere suas necessidades, seus ideais de vidas, seus objetivos políticos, econômicos e sociais e que efetivamente, contribua para a melhoria da sua qualidade de vida. Uma leitura histórica sobre o panorama da Educação do Campo corrobora para o entendimento de que ela expandiu-se qualitativamente, notadamente pelo incremento de políticas públicas voltadas para este setor, contribuindo com o delineamento do campo como um espaço rico, diverso e produtor de cultura e com a defesa de práticas educativas que fortaleçam e assegurem a simbiose educação, cultura e escola do e no campo.

**ACESSO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: REVENDO DESAFIOS** A educação escolar é uma das mais importantes vias de formação para a cidadania, razão pela qual as discussões sobre acesso e qualidade têm ocupado importante realce em agendas governamentais e nos discursos da sociedade no entorno da questão. No campo, o que se evidencia é que a garantia do acesso tem se constituído um desafio histórico, tendo em vista a negação desses direitos constitucionalmente assegurados, mas que ainda persiste ao longo de mais de cinco séculos da história brasileira em relação à questão educacional. A título de ilustração, dados da pesquisa do UNICEF: “O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil (2014)” comprovam que uma das mais visíveis desigualdades educacionais do país, refere-se à ocupação das escolas públicas em relação a sua localização. Nas áreas urbanas, 20,2% das crianças frequentam creches, na zona rural são apenas 8,8%. O acesso escolar de crianças de 4 a 6 anos representa 80,49 % nas áreas urbanas e apenas 66% nas áreas rurais. A proporção de crianças de 7 a 14 anos residentes na zona rural fora da escola é maior que a verificada nas áreas urbanas: 2,5% contra 1,8 % na realidade do campo. Em áreas urbanas metropolitanas, 57,3% dos adolescentes estão no Ensino Médio, enquanto na zona rural são 35,7%, ou seja, 21,6 pontos percentuais a menos. Dados do IBGE (2010) apontam que a taxa de analfabetismo no campo chega a 23,3%, três vezes maior que a das áreas urbanas, que é de 7,6%. Dessa forma, para melhor compreensão das questões relativas à educação dos sujeitos que moram no campo, os dados a seguir, informam acerca do panorama educacional da educação básica no cenário nacional e estadual (Piauí).

**TABELA 01 – Escolas do campo e matrículas - 2010 a 2014**

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS	
	BRASIL	PIAUI

<b>2010</b>	78.776	4.285
<b>2011</b>	75.678	4.071
<b>2012</b>	73.584	3.910
<b>2013</b>	70.219	3.492
<b>2014</b>	66.904	3.138

Fonte: QEdu – Dados de 2010 a 2014 Analiticamente considerando, a Tabela 01 revela que nos últimos cinco anos, 11.872 escolas foram fechadas no Brasil, uma perda de 15% do total. Destas, 1.147 estavam localizadas no Piauí, aproximadamente 27% do total. Segundo Trindade; Werle (2012), em alguns casos, o fechamento deve-se à nucleação, processo por meio do qual, várias escolas pequenas são unidas a uma escola polo. Em outros casos, as escolas são fechadas, devido ao isolamento e a grande distância, fazendo com que os alunos se desloquem diariamente até as escolas da cidade. O fechamento de escolas também ocorre, devido à infraestrutura precária e a falta de investimentos do poder público, que alega o alto custo por estudante do campo. O poder público defende que a municipalização do ensino fundamental, representou ônus para as prefeituras, dificultando a oferta de vagas e a manutenção de escolas no campo, tendo em vista que a maioria das escolas possui um número reduzido de alunos, fato que dificulta o financiamento nesse âmbito. Essa situação tem contribuído para aceleração do êxodo rural, do abandono escolar e do esvaziamento da identidade cultural do campo, como afirmam Trindade; Werle (2012, p. 43): “a lógica que gera e leva medidas de fechamento e nucleação ou agrupamento de escolas vai ao encontro da cada vez mais abrangente urbanização do campo. As políticas governamentais atuais levam a que tais processos se tornem cada vez mais intensos”. Com vistas à superação do problema de fechamento de escolas no campo, em 27 de março de 2014 foi aprovada a Lei 12.960, que altera o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aumentando o número de exigências a serem cumpridas antes do fechamento de escolas rurais. Com esta mudança, será necessário que um órgão normativo do sistema de ensino, como os Conselhos Municipais de Educação, se manifeste a favor ou contra o fechamento de uma escola, posto que segundo este dispositivo legal, faz-se necessário ouvir a comunidade escolar e a apresentação de justificativa formal pela Secretaria de Educação do estado ou do município, antes de se efetivar o referido fechamento de uma escola. Sobre esta questão, Trindade; Werle (2012, p. 36) afirmam que “é necessário não só denunciar o fechamento de escolas rurais, mas também pensar algumas alternativas de recomposição destes espaços que perdem suas escolas e, com elas, uma parte importante de sua identidade”. Referem ainda, que esse problema traz como consequência, a redução no número de matrículas, conforme revelam dados das Tabelas 02 e 03: **TABELA 02 – Matrículas em escolas do campo no Brasil - 2010 a 2014**

<b>MATRÍCULAS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Em Creches</b>	122.867	129.830	137.185	152.716	162.643
<b>Em Pré-escolas</b>	717.615	715.060	705.325	703.081	697.963
<b>Nos anos iniciais do Ensino</b>					

<b>Fundamental</b>	3.148.563	2.996.314	2.844.075	2.705.716	2.620.199
<b>Nos anos finais do Ensino Fundamental</b>	1.571.188	1.551.987	1.533.808	1.506.955	1.471.545
<b>No ensino médio</b>	302.000	316.167	326.317	328.042	333.230

Fonte: QEdu – Dados de 2010 a 2014 **TABELA 03** – Matrículas em escolas do campo no Piauí - 2010 a 2014

<b>MATRÍCULAS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Em Creches</b>	7.271	7.262	7.476	7.665	9.073
<b>Em Pré-escolas</b>	30.882	31.072	30.522	30.961	28.817
<b>Nos anos iniciais do Ensino Fundamental</b>	129.593	119.936	110.604	102.639	97.569
<b>Nos anos finais do Ensino Fundamental</b>	58.066	56.938	57.272	56.347	55.823
<b>No ensino médio</b>	7.712	7.777	7.718	7.305	7.157

Fonte: QEdu – dados de 2010 a 2014 Resumidamente, comparando os dados de 2010 e 2014, as Tabelas 02 e 03 revelam que, nos últimos cinco anos houve ampliação do número de crianças atendidas em creches. No Brasil, esta ampliação foi 39.776 matrículas e no Piauí foi de 1.802. Também houve ampliação do número de adolescentes e jovens atendidos no ensino médio, 31.230 matrículas a mais em âmbito nacional. Contudo, no Piauí, nesta etapa da educação básica, houve redução de 555 matrículas. Os dados da pré-escola e do ensino fundamental são preocupantes. No Brasil, houve uma redução de 19.652 matrículas de crianças atendidas em pré-escolas. No Piauí, esta redução foi de 2.065 matrículas. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a diminuição do número de crianças atendidas em escolas do campo é alarmante: 528.364 (mais de meio milhão) no Brasil e 32.024 no Piauí. Já nos anos finais, houve uma redução de 99.643 matrículas do Brasil e 2.243 no Piauí. Embora isso venha acontecendo em toda a educação básica, urbana e rural, devido à redução da taxa de natalidade, no campo a diminuição do número de matrículas é mais acentuada. Esse resultado se mostra contraditório, pois após aprovação da ampliação da obrigatoriedade do ensino para a população de 4 a 17 anos, o que se esperava era a ampliação do número de matrículas nas escolas do campo, no entanto, o que se observa é que o acesso a educação infantil e ao ensino médio é muito baixo e que as matrículas no ensino fundamental vêm sendo reduzido ano a ano. Uma análise feita pelo UNICEF por meio da campanha *O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil* (2014) mostrou que, no Brasil, mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola. Os grupos mais atingidos pela exclusão são as crianças de 4 e 5 anos, com idade para frequentar a pré-escola; e os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no ensino médio. Os indicadores mostraram também, que as crianças e os adolescentes mais vulneráveis a exclusão escolar são os negros e os indígenas, os com deficiência, os que vivem na zona rural, principalmente os que vivem em áreas pobres, como o Semiárido. De modo semelhante, o *Estudo das desigualdades aos direitos: a exigência de*

*políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo*, realizado em 2009 pelo Observatório da Equidade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), mostra que para cada duas vagas nos anos iniciais do fundamental, existe apenas uma nos anos finais. Para cada seis vagas nos anos finais, há apenas uma no ensino médio. Na zona urbana a relação das matrículas é de quatro vagas nas séries iniciais, três nas séries finais e duas no ensino médio. A dificuldade em dar prosseguimento aos estudos é nítida quando se compara a escolaridade dos jovens. Entre a população urbana de 25 a 34 anos, 52,5% têm ensino médio ou superior. No meio rural esse percentual é de apenas 17%. Fernandes, Cerioli; Caldart (2005, p. 37) afirmam que os números apresentados, mostram que no campo são mais evidentes os crônicos problemas da educação brasileira, como o abandono escolar, defasagem idade-série, repetência e falta de valorização dos profissionais da educação, entre outros. Revelam ainda, um tratamento desigual e discriminatório, marcado, sobretudo, pela ausência de políticas que alterem a situação, como o descaso dos governantes na formulação de políticas efetivas e específicas para as escolas situadas no campo e na dotação financeira para essas escolas, em todos os níveis, com qualidade, viabilizando sua institucionalização e manutenção. Toda esta situação, vivenciada pelo povo do campo, tem sua origem ligada ao processo de colonização do Brasil e ao surgimento tardio de escolas institucionalizadas pelo Estado, cuja consequência é um panorama de exclusão e negação de direitos, que contribui para a precariedade no funcionamento da escola do campo, aceleração do êxodo rural e falta de aprendizagem. Assim, as escolas do campo precisam de mais atenção por parte dos gestores públicos, para que possam, verdadeiramente, ofertar uma educação de qualidade. A compreensão que se apresenta é que, no campo existe uma histórica negação de direitos, seja em âmbito quantitativo (matrícula, analfabetismo, entre outros) seja em termos qualitativos (falta de qualidade no ensino e oferta de uma educação descontextualizada e que não valoriza a vida do campo). Essa negação do direito à educação ocorre em duas vertentes. A primeira quando não se oferece condições para os estudantes acessarem a escola, seja por falta de vagas, seja devido à falta de condições de acesso, permanência e aprendizagem na escola. A segunda ocorre, quando o que os estudantes aprendem na escola não é relevante e significativo para a sua formação humana e para a sua vida. O que se espera nessa condição é que a escola ensine o que é necessário e significativo para a vida e para a formação cidadã, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos educandos, como forma de seguir o que orienta o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004), que reforça a importância do respeito ao saber e à cultura dos estudantes. Não obstante os avanços na promoção de políticas educacionais, ainda há muito a ser conquistado no entorno da educação campesina. Desafios persistem, comportando afirmar que apesar do fortalecimento das concepções de Educação do Campo, dos avanços na legislação e da disponibilização de políticas públicas para o setor, a realidade da terminologia Educação Rural e suas distorções ainda se fazem presentes no cenário

educacional brasileiro e piauiense. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Revisitar nuances importantes da história da educação escolar para os povos do campo nos possibilitou visualizar o processo que a envolve e a forma como foi organizada ao longo dos anos, evidenciando sua íntima ligação com as concepções de educação, pensadas pelo Estado e pela sociedade. Trata-se, a rigor, de propostas marcadas por interferências e interesses políticos, por omissão e pela falta de interesse em disponibilizar propostas que objetivamente visem o desenvolvimento do campo e à emancipação de seus sujeitos. É nestas condições que se originam e se consubstanciam as propostas de Educação Rural. O reflexo da ausência de políticas educacionais se evidencia mais fortemente no cenário campesino, uma vez que ainda se sobressaem em relação aos históricos problemas da educação brasileira como mencionado. A origem desses aspectos está ligada ao processo de colonização do Brasil, cujos reflexos são percebidos em todo o território nacional. A realidade é que, atualmente no Brasil, milhares de crianças e jovens perdem o direito de estudar em escolas localizadas na sua própria comunidade, no lugar onde vivem, tendo que se deslocar por longas distâncias, em transportes inadequados, para estudar em escolas que nem sempre oferecem padrões de qualidade e, principalmente, não reconhecem e valorizam saberes de sua comunidade e de outras do seu entorno. Diante dessa realidade, começam a ser delineadas políticas de educação do campo, de modo que nas primeiras décadas do presente século temos presenciado significativos avanços, principalmente na institucionalização de direitos à educação e no reconhecimento das suas especificidades, de acordo com a norma legal, assim previstos no Artigo 270 da Constituição Federal de 88, nos Artigos 26 e 28 da LDBEN (9394/96) e nas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002). Também é visível a implantação de políticas públicas na área, a exemplo dos programas de formação inicial e continuada de professores, distribuição de materiais didáticos e pedagógicos e outros. A disponibilização de políticas com vistas ao incremento da educação do campo é resultado de uma luta histórica que tem suas raízes nos movimentos sociais, universidades e outras instituições, para que o povo do campo tenha acesso a uma educação de qualidade, oferecida no campo, de modo a assegurar não só a sua permanência, mas, igualmente, o prosseguimento nos estudos, oportunidades de trabalho e formação para a cidadania, e por fim, o direito à Educação do Campo.

**REFERÊNCIAS** BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

Disponível em:

< <http://>

[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

[/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf)

>.

Acesso em: 20 jun. 2016. \_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010.

Disponível em:

< <http://>

www.

planalto.gov.br

/ccivil\_03/\_ato2007\_2010/2010/decreto/d7352.htm

>.

Acesso em: 20 jun. 2016. \_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo**. Brasília, MEC/SECAD, 2002. \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**, Brasília: MEC, SEB, Caderno 3, p. 57-59, 2004. \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília, 2005. \_\_\_\_\_. **O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil**. Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014. CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005. FERRO, M. do A. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002. MELO, R. A. **Prática docente na escola do campo: diálogos sobre a articulação dos conhecimentos escolares aos saberes da cultura camponesa**. 2014. 163 f. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPI – Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2014. MOURA, M. da G. C. **Educação de jovens e adultos: Piauí em retrospectiva (s/d)**.

Disponível em:

< <http://>

www.

ufpi.br

/mestreduc/eventos/iiencontro/GT - 13/GT-13-01.htm

|

>.

Acesso em: 10 out. 2014. REIS, E. dos S. O projeto político-pedagógico nas escolas do campo: um instrumento essencial. In: LIMA, E. de S.; SILVA, A. M. da (Org.). **Diálogos sobre educação do campo**. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 173-188. SILVA, A. M. Educação do campo: uma breve (re)

construção epistemológica. In: LIMA, E. da S., SILVA, Ariosto M. da. (Org.). **Diálogos sobre educação do campo**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 63 – 87. TRINDADE, L. M.; WERLE, F. O. C. O ensino no meio rural: uma prática em extinção: In: SOUZA, E. C. de. **Educação e ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas**. Salvador: Ed. UFBA, 2012. p. 31 – 50.

**Notas** 1. Raimunda Alves Melo Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Concluiu o Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI. E-mail: raimundinhamelo@yahoo.com

.br

2. Antonia Dalva França Doutora em Educação, Currículo e Ensino pela Universidade Federal do Ceará-UFC/FACED. Concluiu o Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Professora Adjunta da UFPI, integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, exercendo, também, a função de Interlocutora do REUNI e de Presidente da Comissão Organizadora de Concursos para Docentes.

Recebido em: 04/07/2016

Aprovado em: 04/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: